

AEROPORTO DE GUARULHOS PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ: 15.561.610/0001-31

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2018. Permanecemos à disposição de V.Sas para quaisquer esclarecimentos necessários.

Balancos Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVOS	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
			Reapresentado		Reapresentado
ATIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.357	12.965	505.825	57.385
Aplicações financeiras vinculadas	5	-	-	28.031	27.030
Contas a receber	6	-	-	254.026	230.152
Estoques		-	-	6.638	1.922
Impostos a recuperar	7a	51	11	38.435	37.413
Despesas antecipadas		-	-	5.058	7.796
Outros adiantamentos		-	-	4.911	3.103
Total do ativo circulante		3.408	12.976	842.924	364.801
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras vinculadas	5	-	-	123.120	117.545
Contas a receber	6	-	-	5.929	-
Imposto diferido ativo	7b	-	-	202.229	-
Estoques		-	-	7.765	13.881
Impostos a recuperar	7a	15	48	391.251	409.413
Partes relacionadas	8	-	-	17.730	17.730
Depósitos judiciais	16	-	-	14.099	8.141
Imobilizado	10	-	-	13.913	17.138
Intangível	11	-	-	14.580.161	15.047.967
Total dos ativos não circulantes		15	48	15.356.197	15.631.815
TOTAL DOS ATIVOS		3.423	13.024	16.199.121	15.996.616

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVOS	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
			Reapresentado		Reapresentado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores		40	23	78.387	70.127
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	176.564	222.157
Debêntures	13	-	-	65.274	52.057
Impostos taxas e contribuições a recolher	7d	1	2	37.914	36.496
Obrigações com empregados e administradores	14	326	326	23.318	30.537
Concessão de serviço público	15	-	-	1.423.218	437.117
Partes relacionadas	8	-	-	9.574	978
Receita diferida	17	-	-	17.737	17.030
Adiantamentos de clientes	18	-	-	13.687	37.573
Outras obrigações	19	-	-	160.665	165.302
Total do passivo circulante		367	9.925	1.997.742	1.112.501
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	2.531.413	2.678.723
Debêntures	13	-	-	666.878	687.965
Impostos diferidos passivos	7b	-	-	-	124.101
Concessão de serviço público	15	-	-	11.754.113	11.941.423
Provisões para riscos	16	-	-	11.261	11.200
Receita diferida	17	-	-	153.364	158.183
Dividendos a pagar	8	12.305	12.305	12.305	12.305
Provisão para passivo descoberto	9	468.583	372.592	-	-
Adiantamento de clientes	18	-	-	83	9.993
Total do passivo não circulante		480.888	384.897	15.129.417	15.623.893
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)					
Capital social	20	1.359.049	1.359.049	1.359.049	1.359.049
Prejuízos acumulados		(1.836.881)	(1.740.847)	(1.836.881)	(1.740.847)
		(477.832)	(381.798)	(477.832)	(381.798)
Total do patrimônio líquido (passivo descoberto)		(477.832)	(381.798)	(928.038)	(739.778)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		3.423	13.024	16.199.121	15.996.616

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Fluxo de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais)

ATIVOS	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
			Reapresentado		Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes dos impostos					
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes dos impostos com o caixa gerado pelas atividades operacionais		(96.034)	(332.956)	(514.590)	(729.876)
Equivalência patrimonial		-	-	-	-
Depreciações e amortizações	10 e 11	-	-	828.185	764.897
Prejuízo na baixa de imobilizado e intangível	10 e 11	-	-	5	2.198
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	6	-	-	14.057	10.292
Provisão para riscos	16	-	-	61	3.798
Apropriação da receita diferida	17	-	-	(9.485)	15.504
Variações monetárias, cambiais e encargos - liquidadas		-	-	-	-
Reequilíbrio econômico financeiro		-	-	1.076.608	1.070.494
Realização do custo de captação de empréstimos/depósitos		-	-	(8.329)	(9.714)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		-	-	3.107	957
Contas a receber de clientes		-	-	(43.860)	4.704
Estoques		-	-	1.400	955
Adiantamentos a fornecedores		-	-	(1.809)	(1.163)
Impostos a recuperar	(7)	-	-	(3)	17.140
Depósitos judiciais		-	-	(5.958)	(4.870)
Despesas antecipadas		-	-	2.738	(1.562)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores	17	-	-	16	(6.343)
Partes relacionadas	(9.573)	-	-	9.574	(18.221)
Salários, provisões e contribuições sociais		-	-	-	(7.219)
Impostos a recolher	(1)	-	-	2	1.418
Adiantamento de clientes		-	-	-	(33.796)
Outorga variável	15	-	-	230.510	200.601
Pagamento outorga variável		-	-	(200.732)	(187.102)
Receita diferida		-	-	12.235	(11.816)
Outros		-	-	(29.541)	48.740
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais		(9.608)	(219)	1.307.581	1.096.811
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicação financeira		-	-	(23.988)	(49.766)
Rendimento de aplicação financeira resgatada		-	-	45.611	41.500
Aquisição de intangível		-	-	(84.280)	(47.390)
Aquisição de imobilizado		-	-	(125)	(110)
Aumento de capital em controlada		-	-	(433.501)	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		(433.501)	(62.782)	(55.766)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aporte dos acionistas		-	-	446.539	863.038
Captação de empréstimos e financiamentos	12	-	-	203.072	107.220
Pagamento da outorga fixa	15	-	-	(246.544)	(1.608.450)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	12	-	-	(452.062)	(84.658)
Juros pagos	12	-	-	(300.825)	(310.950)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento		-	446.539	(796.359)	(1.033.800)
Aumento/redução líquida no caixa e equivalente de caixa		(9.608)	12.819	448.440	7.245
Saldo de caixa e equivalentes no início do exercício		12.965	146	57.385	50.140
Saldo de caixa e equivalentes no final do exercício		3.357	12.965	505.825	57.385
Aumento/redução líquida no caixa e equivalente de caixa		(9.608)	12.819	448.440	7.245

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVOS	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
			Reapresentado		Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS					
RECEITA LÍQUIDA	21	-	-	2.024.656	1.765.619
Custo dos serviços prestados	22	-	-	(1.340.555)	(1.272.980)
LUCRO BRUTO				684.101	492.639
Despesas gerais e administrativas	22	(277)	(275)	(136.005)	(143.472)
Outras receitas e despesas	2	-	-	13.666	975
Resultado equivalência patrimonial	9	(95.990)	(323.148)	-	-
Resultado antes das receitas e despesas financeiras				(96.267)	(350.142)
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS					
Receitas financeiras	23	250	48	35.140	42.960
Despesas financeiras	23	(16)	(9.581)	(1.111.492)	(1.122.978)
Resultado financeiro líquido		234	(9.533)	(1.076.352)	(1.080.018)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7c	(96.034)	(332.956)	(514.590)	(729.876)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(96.034)	(332.956)	(188.260)	(643.433)
Atribuível aos acionistas controladores		(96.034)	(332.956)	(96.034)	(332.956)
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(92.226)	(310.477)
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações (em reais - R\$)	29	(0,5884)	(2,0400)	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVOS	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
			Reapresentado		Reapresentado
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO					
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES					
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	(96.034)	(332.956)	(188.260)	(643.433)	
Atribuível aos acionistas controladores	(96.034)	(332.956)	(96.034)	(332.956)	
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	(92.226)	(310.477)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais)

ATIVOS	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
			Reapresentado		Reapresentado
Receitas					
Prestação de serviços e cessão de espaços	21	-	-	2.769.658	2.384.900
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	6	-	-	2.774.607	2.395.192
Outras receitas		-	-	14.493	2.614
Insuamos adquiridos de terceiros		-	-	(495.884)	(1.103.285)
Custos dos serviços prestados		-	-	(153.836)	(1.025.072)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(277)	(275)	(342.048)	(78.213)	
Valor adicionado bruto	(277)	(275)	2.273.774	1.281.615	
Retenções		-	-	(828.185)	(764.897)
Depreciação e amortização	10 e 11	-	-	(828.185)	(764.897)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(277)	(275)	1.445.589	516.718	
Valor adicionado recebido em transferência	(95.740)	(323.100)	35.140	45.041	
Resultado de equivalência patrimonial	9	(95.990)	(323.148)	-	-
Receitas financeiras	23	250	48	35.140	45.041
Valor adicionado total a distribuir	(96.017)	(323.375)	1.480.729	561.759	
Distribuição do valor adicionado	(96.017)	(323.375)	1.480.729	561.759	
Pessoal e encargos		-	-	117.181	141.678
Remuneração direta		-	-	81.301	101.368
Benefícios		-	-	26.647	31.330
FGTS		-	-	9.233	8.983
Impostos, taxas e contribuições Federais		-	-	440.413	(59.691)
Estaduais		-	-	350.523	(60.821)
Municipais		-	-	734	-
Remuneração do capital de terceiros - juros/aluguéis	17	9.581	1.111.395	1.123.204	
Juros		-	-	1.103.874	965.340
Aluguéis		-	-	-	739.483
Outras	17	9.581	7.521	18.381	
Remuneração de capital próprio	(96.034)	(332.956)	(188.260)	(643.433)	
Participação de acionistas não controladores		-	-	(92.226)	(310.477)
Prejuízo do exercício	(96.034)	(332.956)	(96.034)	(332.956)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Informações Gerais

O Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. ("Companhia" ou "GRUPAR"), cuja sede está localizada na Rodovia Hélio Smidt, s/nº, 3º andar - sala 307, foi constituída sob a forma de "sociedade anônima".

A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores e tem como objetivo (i) exercer o controle de sociedade da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("Concessionária" ou "GRU AIRPORT") de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária do Aeroporto de Guarulhos e do respectivo complexo aeroportuário; (ii) exercer outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social; e (iii) participação em outras sociedades com atividades relacionadas ao objeto social, como acionista ou sócia-quotista.

A GRUPAR é controlada pela Investimentos e Participações em

2.9 Estoques
Os estoques são registrados pelo custo médio de aquisição ajustados ao valor líquido e das eventuais perdas quando aplicável. Os estoques cuja expectativa de utilização ocorra após 12 meses ou mais da data das demonstrações contábeis, são apresentados no ativo não circulante.

2.10 Investimento em controlada
O investimento na Companhia em sua controlada é avaliado com base no método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações contábeis da Controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o prejuízo atribuível aos acionistas da controlada. As demonstrações contábeis da controlada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Os investimentos quando negativos são reclassificados para conta apropriada no passivo sendo denominado "Provisão para passivo a descoberto".

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil, e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

2.11 Imobilizado
Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.12 Intangível
Refere-se ao valor do direito de concessão registrado a valor presente e direitos de uso de software, sendo registrados ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis construídos em decorrência do Contrato de Concessão são registrados ao custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados inicialmente, ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas condições de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise. Os ativos intangíveis relacionados aos direitos de concessão são amortizados ao longo do prazo da concessão pela curva de benefício econômico, tendo sido adotada a curva de passageiros ("PAX") estimada como base para a amortização.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.13. Benefícios a conceder
A Concessionária concede benefícios a empregados incluindo plano de previdência privada, assistência médica, odontológica, participação nos resultados, dentre outros, e é patrocinadora do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social - INFRAPREV - com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da INFRAERO. Para os empregados admitidos pela Concessionária o plano de previdência privada oferecido é o BrasilPrev, benefício de aposentadoria por sobrevivência previsto no PGBL e/ou indenização sob a forma de renda prevista no VGBL.

Um passivo de benefícios a empregados é provisionado conforme o salário, férias e licenças no período em que os serviços relacionados são prestados, a um montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

2.14. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e os valores contábeis líquidos excederem o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base no contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Até 31 de dezembro de 2018 não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos não financeiros.

2.15. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Concessionária e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Concessionária possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações contábeis e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.16. Tributações

As receitas de serviços, da Concessionária, estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Descrição	Sigla	Alíquota		
		Receitas tarifárias	Receitas não tarifária	Receitas financeiras
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	1,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	7,60%	7,60%	4,00%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	5,00%	-	-

Em 23 de dezembro de 2014 foi aprovada a Lei nº 7342/14 que alterou o ISS sobre as receitas tarifárias de 2% para 5% a partir de abril de 2015. Quanto à tributação do PIS e COFINS, a Companhia adota o regime da não cumulação.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), correntes e diferidos, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes na data do balanço, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro contábil ajustado, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, os quais foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo o parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se os impostos diferidos forem relacionados à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.17. Resultado por ação

O resultado por ação é calculado com base no CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33). O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

2.18. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente e os de curto prazo, somente quando o ajuste é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.19. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos
A preparação das demonstrações contábeis da Concessionária requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

Principais fontes de incertezas nas estimativas

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis.

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável ocorre quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento, que tem como base as projeções até o término do prazo de concessão, e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tem se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoraria a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos
Existem incertezas com relação a interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Concessionária.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento tributário.

Valor justo de instrumentos financeiros
Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos cíveis, tributárias, administrativas e trabalhistas
A Companhia reconhece a provisão da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.20. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

A demonstração do fluxo de caixa foi preparada pelo método indireto e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

A demonstração do valor adicionado foi preparada e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.21. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos e concessão de serviço público.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com o NBC TG 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Concessionária se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Concessionária classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- Custo amortizado quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

• Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Concessionária gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Concessionária. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Concessionária para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Concessionária classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

2.22. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos.

2.23. Contrato de concessão - ICPC 01 (R1) IFRIC 12

A Concessionária contabiliza o Contrato de Concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o Contrato de Concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do Contrato de Concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do Contrato de Concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva estimada de utilização dos serviços da Concessionária dentro do prazo do Contrato de Concessão.

3. CONTRATO DE CONCESSÃO

O contrato tem por objeto a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária, a serem implementadas nas seguintes fases:

- FASE I-A - Transferência das operações do Aeroporto sob comando da INFRAERO para a Concessionária (fase concluída em 15 de fevereiro de 2013).
- FASE I-B - Ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços (fase concluída em 11 de maio de 2014).
- FASE I-C - Expansão aeroportuária e de adequação total a infraestrutura e ao nível de serviço disposto no Plano de Exploração Aeroportuária - PEA (fase concluída em 12 de maio de 2016).
- FASE II - Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto para o atendimento aos parâmetros mínimos de dimensionamento previsto no PEA (Fase atual da Concessionária no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

O Contrato de Concessão tem prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por até 5 (cinco) anos, sendo a concessão outorgada pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

Integram a concessão os bens necessários a prestação do serviço de exploração aeroportuária já disponibilizados pelo poder público e incorporados à operação da Concessionária, tais como edificações, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, pistas de pouso e decolagem, pátios de manobra, dentre outros.

Os custos com obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no Contrato de Concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no Contrato de Concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela Concessionária. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados ao complexo aeroportuário.

Durante o período do contrato, a Concessionária tem por obrigação, dentre outras, manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens necessários à prestação dos serviços que integram a concessão, mantendo um sistema de atendimento físico e eletrônico ao usuário e uma ouvidoria para apurar as reclamações relativas aos serviços prestados.

Pelo direito de exploração do complexo aeroportuário do Aeroporto Internacional de Guarulhos, a Concessionária, com a assinatura do Contrato de Concessão, se comprometeu a desembolsar o total de R\$ 16.213.000 com parcelas anuais de R\$ 810.650, sendo o saldo corrigido desde fevereiro de 2012, mês de realização da sessão pública do leilão, pelo IPCA-IBGE, em conta a favor do FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil), a título de Outorga Fixa. Em conformidade com o aditamento ao contrato de concessão que altera o fluxo de pagamento da Outorga Fixa original, nos termos da Lei nº 13.499/2017 e da Portaria nº 135/MT/2017, o montante em valores reais passa a ser R\$ 16.655.000 decorrente da reprogramação, permanecendo inalterado o valor presente líquido da Outorga Fixa original.

A Concessionária também se comprometeu a realizar contribuição variável anual que corresponde ao montante, em reais, resultante da aplicação da alíquota de 10% (dez por cento) sobre a totalidade da receita bruta anual. Caso a receita bruta anual, observada pela Concessionária, exceda os valores determinados no Contrato de Concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15% (quinze por cento). A Concessionária possui como remuneração as receitas tarifárias (tarifa de embarque, de conexão, de pouso e permanência, de armazenagem e capatazia) e receitas não tarifárias (cessão de espaço), inerentes à exploração dos espaços comerciais.

A Concessionária poderá celebrar com terceiros, prestadores de serviços de transporte aéreo, de serviços auxiliares ao transporte aéreo ou exploradores de outras atividades econômicas, contratos que envolvam a utilização de espaço no Complexo Aeroportuário, sendo que a remuneração será livremente pactuada entre a Concessionária e a outra parte contratante.

A Concessionária e seu acionista privado não poderão realizar qualquer modificação direta ou indireta nos respectivos controles societários ou transferir a Concessão sem a prévia e expressa anuência da ANAC, sob pena de caducidade do contrato.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e bancos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Certificado de depósito bancários - CDB	3.354	12.961	505.822	57.381
Total de caixa e equivalentes de caixa	3.357	12.965	505.825	57.385

As aplicações financeiras são representadas por fundos de investimentos lastreados em títulos públicos federais, em valores mobiliários do Tesouro Nacional e/ou Banco Central do Brasil (BACEN) e em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais, com remuneração média de 98,19% do CDI (98,32% do CDI em dezembro de 2017), investimento de curto prazo e com alta liquidez.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Circulante (a)		
Certificado de depósitos bancários - CDB	28.031	27.030
Não circulante		
CDB - Garantia Duke Energia (b)	4.183	4.215
Itaú - Conta Reserva	118.937	113.330
	123.120	117.545
	151.151	144.575

Total de aplicações financeiras

(a) Títulos para negociação
(b) Refere-se à aplicação em CDB junto ao Banco Itaú BBA, remunerada pela taxa média de 96,20% do CDI, cedido como garantia em contrapartida ao suprimento de energia elétrica no mercado livre, conforme contrato de compra e venda de energia elétrica entre a Concessionária e a Rio Paranaapanema Energia (empresa do grupo Duke Energy).
A Concessionária possui aplicações em fundos de investimentos não exclusivos, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nestes títulos. Os fundos são remunerados pela taxa média de 97,63% do CDI (97,91% do CDI em 31 de dezembro de 2017) sem prazo de carência, com baixo risco, que servem para compor o saldo da Conta Reserva e da Conta Pagamento, destinado ao cumprimento das obrigações dos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os Bancos Repasadores (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA, Bradesco).

	Total líquido de PECLD		Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa		Saldo não vencido e sem perda por ação recuperável		Saldos vencidos						
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	<30 dias	De 31-60 dias	De 61-90 dias	De 91-120 dias	>121-150 dias	>151-180 dias	>180 dias		
31 de dezembro de 2018	259.955	(37.701)	(37.701)	250.268	15.087	6.310	9.899	5.455	186	240	10.211		
	Total	Perdas estimadas	Saldo não vencido	Saldos vencidos									
	líquido de PECLD	para créditos de liquidação duvidosa	e sem perda por ação recuperável	<30 dias	De 31-60 dias	De 61-90 dias	De 91-120 dias	>121-150 dias	>151-180 dias	>180 dias			
31 de dezembro de 2017	230.152	(23.644)	221.074	9.645	2.685	1.872	778	231	406	17.105			

Em 31 de dezembro de 2018, a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 37.701 (R\$ 23.644 em 31 de dezembro de 2017). Movimentação nas perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa.

	31/12/2018		31/12/2017	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	(23.644)	(13.352)	(23.644)	(13.352)
Adições	(37.066)	(13.982)	(37.066)	(13.982)
Reversões	17.624	-	17.624	-
Baixas	5.385	2.614	5.385	2.614
Saldo no fim do exercício	(37.701)	(23.644)	(37.701)	(23.644)

Caso a atualização do IFRS 9/ CPC 48 - Instrumentos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, que introduz novos requerimentos de classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros a Concessionária revisou sua política e procedimentos para o reconhecimento das provisões de perdas de clientes considerando os aspectos de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa que considera a avaliação de possíveis perdas de créditos no que representa incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes. Abaixo apresentamos o percentual aplicado para cada nível de aging de vencimento, entretanto, a Concessionária utiliza do julgamento e avaliação de risco para a provisão ou não, caso evento necessário.

Aging	%
Vencidos até 30 dias	-
Vencidos de 31 a 60 dias	28,7%
Vencidos de 61 a 90 dias	38,0%
Vencidos de 91 a 120 dias	54,0%
Vencidos de 121 a 150 dias	64,0%
Vencidos de 151 a 180 dias	74,1%
Vencidos de 181 a 210 dias	83,3%
Vencidos de 211 a 240 dias	87,3%
Vencidos de 241 a 270 dias	91,3%
Vencidos de 271 a 300 dias	96,8%
Vencidos de 301 a 330 dias	98,9%
Vencidos de 331 a 360 dias	100,0%
Vencidos à mais de 361 dias	100,0%

7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos a recuperar

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
IRRF	4.853	6.590
IRPJ a compensar		

AEROPORTO DE GUARULHOS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 15.561.610/0001-31

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %				Saldo em 31/12/2017
	Saldo em 31/12/2016	Adições	Transferência	Saldo em 31/12/2017	
Custo					
Instalações	5%	11.944	-	-	11.944
Máquinas e equipamentos	10%	3.563	-	138	3.701
Móveis e utensílios	10%	2.743	-	-	2.743
Veículos	20%	2.105	-	114	2.219
Equipamentos de informática	20%	10.502	110	(252)	10.360
Total		30.857	110	-	30.967
Depreciação acumulada					
Instalações	(166)	(1.140)	-	-	(1.306)
Máquinas e equipamentos	(1.851)	(591)	-	-	(2.442)
Móveis e utensílios	(1.254)	(379)	-	-	(1.633)
Veículos	(807)	(368)	-	-	(1.175)
Equipamentos de informática	(5.297)	(1.976)	-	-	(7.273)
Total	(9.375)	(4.454)	-	-	(13.829)
Imobilizado líquido					
		21.482	(4.344)	-	17.138

Sobre o ativo imobilizado da Concessionária não há incidência de quaisquer garantias, penhor ou ônus de qualquer outra natureza.

Perdas por redução ao valor recuperável
Em 31 de dezembro de 2018, não foram identificadas evidências de ativos imobilizados com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

11. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização %				Saldo em 31/12/2017
	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferência	
Custo					
Software e sistemas	20%	26.922	-	-	27.935
Outorga fixa - concessão	(a)	14.160.273	255.261	-	14.415.534
Investimento para concessão	(a)	4.079.267	8.620	22.741	4.110.628
Em andamento		16.188	86.472	(5)	78.902
Adiantamento a fornecedor		-	6.681	-	6.681
Total		18.282.650	357.034	(5)	18.639.679
Amortização					
Software	20%	(16.522)	(4.616)	-	(21.138)
Outorga fixa - concessão	(a)	(2.599.798)	(608.818)	-	(3.208.616)
Investimento para concessão	(a)	(618.363)	(211.401)	-	(829.764)
Total		(3.234.683)	(824.835)	-	(4.059.518)
Intangível líquido		15.047.967	(467.801)	(5)	14.580.161

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização %				Saldo em 31/12/2017
	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferência	
Custo					
Software e sistemas	20%	26.225	-	-	26.922
Outorga fixa - concessão	(a)	13.918.432	241.841	-	14.160.273
Investimento para concessão	(a)	4.013.079	8.672	57.516	4.079.267
Em andamento		2.388	51.013	(58.213)	16.188
Adiantamento a fornecedores		2.198	-	(2.198)	-
Total		17.983.322	301.526	(2.198)	18.282.650
Amortização					
Software	20%	(11.250)	(5.272)	-	(16.522)
Outorga fixa - concessão	(a)	(2.037.901)	(561.897)	-	(2.599.798)
Investimento para concessão	(a)	(425.089)	(193.274)	-	(618.363)
Total		(2.474.240)	(760.443)	-	(3.234.683)
Total		15.509.082	(458.917)	-	15.047.967

(a) Amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX). Segundo orientações contidas no OCP 05, a Outorga Fixa foi reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a. e terá sua amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros e as despesas financeiras provenientes da atualização serão capitalizadas em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será realizada proporcionalmente à finalização de cada fase. Mais detalhes sobre a Outorga Fixa estão descritos na nota explicativa nº 15.

As adições no período referem-se, em sua maioria, às obras em andamento e capitalização dos encargos da Outorga Fixa. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram capitalizados no ativo intangível R\$ 255.261 de atualização monetária da Outorga Fixa (R\$ 241.841 em 31 de dezembro de 2017) e R\$ 2.891 de juros sobre empréstimos e financiamentos (R\$ 1.889 em 31 de dezembro de 2017).

Sobre os ativos intangíveis da Concessionária não há incidência de quaisquer garantias, penhor ou ônus de qualquer outra natureza.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

Perdas por redução ao valor recuperável
De acordo com o CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2018 não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

O valor recuperável foi estimado com base no seu valor em uso, calculado entre 1º de janeiro de 2018 até 10 de julho de 2032 (previsão de término do Contrato de Concessão).

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CONSOLIDADO)

a) Composição da dívida

Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos Anuais (spread)	Saldo inicial 31/12/2016	Saldo inicial 31/12/2017	Saldo inicial 31/12/2018	Saldo inicial 31/12/2019	Saldo inicial 31/12/2020	Saldo inicial 31/12/2021	Saldo inicial 31/12/2022	Saldo inicial 31/12/2023	Saldo inicial 31/12/2024	Saldo inicial 31/12/2025
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	2,88%	1.969.887	-	(99.425)	177.528	(164.595)	-	-	-	-	-
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	0,00%	2.891	221	-	197	(174)	-	-	-	-	-
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dez/27	TJLP	3,40%	847.426	-	(41.601)	77.662	(74.538)	-	-	-	-	-
Itaú	Carta fiança Conta garantia	Indeterminado	INPC	2,90%	6	-	-	24	(24)	-	-	-	-	6
Caixa Econômica Federal	Conta garantia	dez/18	CDI	spread	50.660	-	(50.000)	1.929	(2.389)	-	-	-	-	-
Daycoval	CCB	jul/19	CDI	5,54%	30.210	-	(18.333)	2.680	(2.065)	-	-	-	-	12.492
BTG Pactual					-	205.000	(205.000)	3.935	(3.935)	-	-	-	-	-
Custo com nota promissória					-	(2.149)	-	-	-	2.149	-	-	-	-
Total					2.900.880	203.072	(414.359)	263.955	(247.720)	2.149	-	-	-	2.707.977
Parcela do circulante					222.157	-	-	-	-	-	-	-	-	176.564
Parcela do não circulante					2.678.723	-	-	-	-	-	-	-	-	2.531.413

(a) - Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal
Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos são capitalizados em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será feita proporcionalmente à finalização de cada fase. Em 31 de dezembro de 2018 o montante capitalizado no exercício foi de R\$ 2.891 (R\$ 1.889 em 31 de dezembro de 2017).

Composição dos empréstimos de longo prazo por ano de vencimento:
2020: 200.873
2021: 253.064
2022: 275.916
2023 em diante: 1.801.560
Total: 2.531.413

Financiamento de Longo Prazo - Finem Repasse Direto

Em 13 de dezembro de 2013 a Companhia celebrou Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, junto aos bancos: Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Itaú BBA S.A., Caixa Econômica Federal, todos os bancos, cada qual, com o percentual de 20%, no valor total de R\$ 1,03 bilhão dividido em três subcréditos: (i) "subcrédito A" no valor de R\$ 643.000, (ii) "subcrédito B1" no valor de R\$ 187.000, e (iii) "subcrédito B2" no valor de R\$ 209.000. Os juros incidentes sobre o valor principal são de 3,40% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, com vencimento do valor principal em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante as demandas.

Financiamento de Longo Prazo - Finem Repasse Indireto

Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, junto aos bancos: Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Itaú BBA S.A., Caixa Econômica Federal, todos os bancos, cada qual, com o percentual de 20%, no valor total de R\$ 1,03 bilhão dividido em três subcréditos: (i) "subcrédito A" no valor de R\$ 643.000, (ii) "subcrédito B1" no valor de R\$ 187.000, e (iii) "subcrédito B2" no valor de R\$ 209.000. Os juros incidentes sobre o valor principal são de 3,40% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, com vencimento do valor principal em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante as demandas.

Financiamento de Longo Prazo - Finem Repasse Indireto

Em 01 de julho de 2014 a Concessionária contratou Carta Fiança no montante de R\$ 665 para garantir o pagamento de quantias questionadas nos autos da Execução de Título Extrajudicial, processo nº 1007422-31.2014.8.26.0224 perante o Juízo de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos - SP. Este saldo é atualizado de acordo com a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e com o spread de 2,9% a.a.

Conta Garantida

Em 28 de abril de 2016, a Concessionária utilizou o montante de R\$ 50.000 da Conta Garantida, com juros remuneratórios obtidos pela composição da taxa CDI Cetip e sobre-preço efetivo anual, incidentes sobre a média aritmética simples dos saldos devedores diários. Em 09 de maio de 2018, este valor foi liquidado.

CCB - Cédula de Crédito Bancário

Em 14 de dezembro de 2017, a Concessionária utilizou o montante de R\$ 30.210 da Cédula de Crédito Bancário (CCB), com a finalidade de capital de giro, com juros remuneratórios, obtidos pela composição da taxa CDI e sobre-preço efetivo anual.

Notas Promissórias

Em 09 de maio de 2018, a Concessionária realizou a 3ª emissão de notas promissórias Comerciais. Foram emitidas 52 notas nominárias, totalizando o montante de R\$ 205.000, em 4 séries, o valor nominal unitário da 1ª série foi de R\$ 1.000, com 1 nota promissória e o valor nominal unitário das demais séries foi de R\$ 4.000, sendo 17 notas promissórias para cada série. O vencimento da 1ª série ocorreu em 06 de agosto de 2018, da 2ª série em 08 de julho de 2018, da 3ª série em 07 de agosto de 2018 e da 4ª série em 07 de setembro de 2018. O pagamento de juros remuneratórios foi incidente sobre o valor nominal unitário, correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do CDI e acrescido de uma sobretaxa ou spread de 1,4%. O Pagamento de Juros e a amortização do principal das séries ocorreram nas datas de vencimento das séries.

Garantias e cláusulas restritivas financeiras

Os Contratos de Financiamento de Longo Prazo relacionados aos contratos firmados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, aos bancos repassadores e às Debentures de 1ª Emissão e de 2ª Emissão, representados pelo Agente Fiduciário tem como garantia as cláusulas restritivas:

• Os financiamentos são garantidos através do (i) penhor da totalidade dos direitos creditórios da concessão através do Contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios, de administração de contras e outras avenças e (ii) penhor de ações dos acionistas, com o Contrato e Penhor de ações e outras avenças do Aeroporto de Guarulhos Participações (GRUPAR) e Contrato de penhor de ações e outras avenças da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO).

A Concessionária possui o Contrato de suporte de acionistas e outras Avenças (ESA - Equity Support Agreement) que é parte integrante e inseparável do contrato de financiamento com o BNDES, que impõem a obrigação por parte dos acionistas de aportar na Concessionária o valor necessário para o pagamento integral e anual da Outorga, englobando a contribuição fixa e variável.

• Os Contratos de Financiamento de Longo Prazo possuem obrigações financeiras, *convenants*, que serão apresentados, obrigatoriamente, após a conclusão de todas as obras financiadas, que deverá ocorrer a partir de 2019, e servem, exclusivamente, de base para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio acima do mínimo obrigatório.

Hipóteses de Vencimento Cruzado

• Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas Invepar, CART, LAMSA, Metrô, CLN, Via040 e GRU AIRPORT (Partes Relacionadas)

	Debêntures	Vencimento	Indexador	Encargos anuais	Saldo inicial 31/12/2017	Pagamento do Principal	Juros Incorridos	Pagamento de Juros	Custo de emissão	Saldo final 31/12/2018
1ª emissão 476	dez/25	IPCA	7,86%	375.239	(18.643)	43.478	(29.008)	-	-	371.066
2ª emissão 400	out/26	IPCA	6,40%	372.515	(19.060)	38.502	(24.097)	-	-	367.860
Custo com emissão				(7.732)	-	-	-	-	958	(6.774)
Total				740.022	(37.703)	81.980	(53.105)	-	958	732.152
Parcela do circulante				52.057	-	-	-	-	-	65.274
Parcela do não circulante				687.965	-	-	-	-	-	666.878

Em 31 de dezembro de 2018, os custos de captação com as instituições financeiras para emissão das debêntures são de R\$ 6.774 (R\$ 7.732 em 31 de dezembro de 2017).

Segue abaixo a composição das debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

2020	63.386
2021	84.570
2022	103.822
2023 em diante	415.100
Total	666.878

Até o dia 31 de dezembro de 2018, a Concessionária realizou pagamento de principal, referente a 1ª emissão, no montante de R\$ 18.643, sendo R\$ 4.593 referente à 1ª série, R\$ 4.624 referente à 2ª série, R\$ 4.696 referente à 3ª série e R\$ 4.730 referente à 4ª série. Além disso, juros remuneratórios no montante total de R\$ 29.008, R\$ 1.132 referente à 1ª série, R\$ 1.182 à 2ª série, R\$ 732 à 3ª série e R\$ 737 à 4ª série da 1ª emissão de Debêntures. Com relação a 2ª emissão de Debêntures série única, foi efetivado o pagamento

15. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (CONSOLIDADO)

Objeto	Saldo inicial 31/12/2017		Atualização (a) resultado	Atualização intangível	Transferência	Compensação (b)	Pagamento	Saldo final 31/12/2018
	Saldo inicial 31/12/2016	Adições						
Outorga variável	200.601	230.510	-	-	-	-	-	430.111
Outorga fixa	245.002	-	70.275	23.549	1.110.369	(3.804)	(242.740)	1.202.615
(-) Reequilíbrio (b)	(8.486)	(1.009)	(3.17)	-	(8.707)	8.707	-	(9.812)
Circulante	437.117	229.501	69.598	23.549	1.101.662	-	(438.569)	1.423.218
Outorga fixa	12.020.886	-	691.488	231.712	(1.110.369)	-	-	11.833.718
(-) Reequilíbrio (b)	(79.463)	-	(8.849)	-	8.707	-	-	(79.605)
Non circulante	11.941.423	-	682.639	231.712	(1.101.662)	-	-	11.754.113
Total	12.378.540	229.501	752.598	255.261	-	-	(438.569)	13.177.331

Objeto	Saldo inicial 31/12/2016		Atualização (a) resultado	Atualização intangível	Transferência	Compensação	Pagamento	Saldo final 31/12/2017
	Saldo inicial 31/12/2015	Adições						
Outorga variável	187.102	200.601	-	-	-	-	-	387.703
Outorga fixa	1.105.715	-	44.684	14.510	733.518	(9.211)	(1.653.425)	245.002
(-) Reequilíbrio (b)	(43.282)	-	(968)	-	(9.211)	44.975	-	(8.486)
Circulante	1.249.535	200.601	43.716	14.510	724.307	44.975	(1.840.527)	437.117
Outorga fixa	11.827.018	-	700.055	227.331	(733.518)	-	-	12.020.886
(-) Reequilíbrio (b)	(79.928)	-	(8.746)	-	9.211	-	-	(79.463)
Non circulante	11.747.090	-	691.309	227.331	(724.307)	-	-	11.941.423
Total	12.996.625	200.601	735.025	241.841	-	44.975	(1.840.527)	12.378.540

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização do saldo pelo IPCA.

(b) Pagamento a maior da parcela da repactuação.

17. RECEITA DIFERIDA

AEROPORTO DE GUARULHOS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 15.561.610/0001-31

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Concessionária baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações contábeis. As informações contábeis são regularmente revistas pela Administração da Concessionária para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento "concessão aeroportuária" e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

25. PLANO DE BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA

Em abril de 2014, a Concessionária tornou-se patrocinadora aderente do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social - INFRAPREV - com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da INFRA-ERO, em cumprimento às disposições expressas no anexo 25 do Edital de leilão nº 2/2011 - Contrato de Concessão de Aeroportos nº 002/ANAC/2012 - SBGR Aeroporto Internacional de São Paulo Governador André Franco Montoro - Guarulhos - Capítulo XV - Das Disposições Transitórias, item "15.3".

O patrocinador aderente se obriga a custear o Plano CV contribuindo, em caráter obrigatório, na forma fixada anualmente no plano de custeio, compartilhando obrigações e responsabilidades financeiras do plano referente à totalidade de seus empregados participantes do plano. O plano de custeio será aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo do INFRAPREV, devendo constar o regime financeiro e o cálculo atuarial. O Pronunciamento Técnico CPC 33 (IAS 19) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro. Em 31 de dezembro de 2018, não foi identificado passivo atuarial líquido relevante, conforme última avaliação atuarial realizada.

26. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2018, a Concessionária mantém apólices de seguros com vigência mínima de 12 meses que garantam continuidade e eficácia das operações realizadas no Aeroporto, como seguro de responsabilidade civil, seguro de riscos operacionais, seguro de riscos de engenharia, garantia de obrigações públicas, seguro de vida bombeiros, seguros de riscos diversos (equipamentos móveis - combate a incêndio) e seguro de frota operacional (carros de apoio ao Aeroporto).

Modalidade (*)	Limite máximo		Vigência		Seguradora
	Objeto de indenização	Início	Fim		
Riscos operacionais	a	1.600.000	24/05/2018	24/05/2019	Tokio Marine Seguradora
Responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos (US\$)	b	500.000	24/05/2018	24/05/2019	Mapfre Seguros
Garantia de obrigações públicas	c	555.455	04/06/2017	04/06/2019	Fator Seguradora
Seguro de equipamentos móveis	-	3.300	24/05/2018	24/05/2019	Allianz Seguros S.A.
Seguro de vida - bombeiros	-	56.560	24/05/2018	24/05/2019	Tokio Marine Seguradora
Seguro de frota	-	600.000	24/05/2018	24/05/2019	Tokio Marine Seguradora

a) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

b) A cobertura de reparar os danos provocados a um terceiro envolvido. Os pressupostos da responsabilidade civil estão previstos no Código Civil (lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002). De acordo com a lei, quando alguém comete um ato ilícito ou não e que acarreta danos à integridade física, à honra ou aos bens de outra pessoa física ou jurídica, esta deverá ser devidamente ressarcida.

c) Garantia de obrigações públicas (Execução Contratual), tem o objetivo de assegurar o cumprimento das obrigações constantes no Contrato de Concessão.

A Concessionária tem participação na apólice de seguro D&O do Grupo Invepar, com vigência de março de 2018 a março de 2019 com limite máximo de garantia de R\$ 100.000.

(*) Não é parte do escopo dos auditores independentes a avaliação de adequação das coberturas de seguros contratados pela administração da Controlada.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Companhia não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2018 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, valores a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e concessão de serviço público.

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
	Valor	Custo
Instrumentos financeiros	justo	Amortizado
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	505.825	-
Aplicações financeiras	151.151	-
Contas a receber	-	259.955
Partes relacionadas	-	17.730
Total do ativo	656.976	277.685
Passivos		
Fornecedores	-	78.387
Partes relacionadas	-	978
Empréstimos e financiamentos	-	2.707.977
Debêntures (*)	-	738.926
Obrigações com poderes concedentes	-	13.177.331
Total do passivo	-	16.703.599

Objeto de indenização	Limite máximo		Vigência		Seguradora
	Início	Fim			
a	1.600.000	24/05/2018	24/05/2019		Tokio Marine Seguradora
b	500.000	24/05/2018	24/05/2019		Mapfre Seguros
c	555.455	04/06/2017	04/06/2019		Fator Seguradora
-	3.300	24/05/2018	24/05/2019		Allianz Seguros S.A.
-	56.560	24/05/2018	24/05/2019		Tokio Marine Seguradora
-	600.000	24/05/2018	24/05/2019		Tokio Marine Seguradora

Consolidado	
31/12/2017	31/12/2018
Valor	Custo
justo	Amortizado
201.960	247.882

Instrumentos financeiros	
Ativos	Passivos
Caixa e equivalentes de caixa	57.385
Aplicações financeiras	144.575
Contas a receber	-
Partes relacionadas	-
Total do ativo	201.960
Fornecedores	78.387
Partes relacionadas	978
Empréstimos e financiamentos	2.707.977
Debêntures (*)	738.926
Obrigações com poderes concedentes	13.177.331
Total do passivo	16.141.406

(*) Foi desconsiderado o valor do custo de captação.

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam do valor justo.

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos. Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

• Hierarquia do valor justo

A Concessionária usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros

	31/12/2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	505.825	505.825	-	-
Aplicações financeiras	151.151	-	151.151	-
Total	656.976	505.825	151.151	-

Mensurados a valor justo - Passivos financeiros

	31/12/2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	2.707.977	-	2.707.977	-
Debêntures(*)	738.926	-	738.926	-
Concessão de serviço público	13.177.331	-	-	13.177.331
Total	16.624.234	-	3.446.903	13.177.331

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros

	31/12/2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	57.385	57.385	-	-
Aplicações financeiras	144.575	-	144.575	-
Total	201.960	57.385	144.575	-

Mensurados a valor justo - Passivos financeiros

	31/12/2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	2.900.880	-	2.900.880	-
Debêntures(*)	747.754	-	747.754	-
Concessão de serviço público	12.378.540	-	-	12.378.540
Total	16.027.174	-	3.648.634	12.378.540

(*) Foi desconsiderado o valor do custo de captação.

• Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

• Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, obtidos junto ao BNDES estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.

• Debêntures

As debêntures em 31 de dezembro de 2018, apresentam valor de mercado R\$ 682.291 (R\$ 710.025 em 31 de dezembro de 2017). Fonte: CETIP

• Concessão de serviço público

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas. As operações da Concessionária estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

A Concessionária mantém operações com instrumentos financeiros, onde há uma gestão de riscos de mercado e de crédito por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controles internos consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Concessionária.

b) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Concessionária às concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em bancos, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber. A Concessionária mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras vinculadas em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As perdas de contas a receber foram registradas na rubrica provisão para crédito de liquidação duvidosa, nota explicativa nº 6.

c) Risco de liquidez

A Concessionária acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Concessionária é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários.

O quadro a seguir resume as projeções de desembolso de caixa futuro por vencimento do passivo financeiro da Concessionária em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

	De 1 a 3		De 3 a 5		Superior a		Total
	Até 1 ano	anos	anos	5 anos	31/12/2018	31/12/2017	
Fornecedores	78.387	-	-	-	-	-	78.387
Empréstimos e financiamentos	404.715	1.011.289	1.213.194	2.270.981	4.900.179	-	10.100.358
Debêntures	105.865	271.430	339.324	423.406	1.140.025	-	2.279.650
Concessão de serviço público	1.202.651	2.604.055	2.807.683	15.523.602	22.137.991	-	24.276.382
Total	1.791.618	3.886.774	4.360.201	18.217.989	28.256.582	-	46.493.317

	De 1 a 3		De 3 a 5		Superior a		Total
	Até 1 ano	anos	anos	5 anos	31/12/2017	31/12/2018	
Fornecedores	70.127	-	-	-	-	-	70.127
Empréstimos e financiamentos	442.857	1.616.679	1.808.379	2.784.028	6.651.943	-	11.673.836
Debêntures	94.699	231.837	306.704	601.721	1.234.961	-	2.469.922
Concessão de serviço público	250.690	2.522.984	2.730.465	19.295.392	24.799.521	-	29.849.052
Total	858.373	4.371.500	4.845.548	22.681.131	32.756.552	-	64.360.557

d) Análise de sensibilidade nas taxas de juros

A Concessionária está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e aplicações financeiras. Decorre da possibilidade da Concessionária sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Concessionária possui aplicações financeiras a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros dos empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e obrigações com o poder concedente estão vinculadas à variação da TJLP, IPCA e CDI.

Nos quadros abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: cenário provável, o adotado pela Concessionária com base nos preços de contratos futuros negociados em bolsa de valores e/ou mercadorias e futuros, e cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados com deterioração de 25% (cenário A) e 50% (cenário B) da variável do risco considerado.

Ativo financeiro

Operação	31/12/2018	Risco/ indexador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Caixa e equivalentes de caixa	505.825		36.217	27.163	18.109
Aplicações financeiras	151.151	CDI	10.822	8.117	5.411
Referência para ativos financeiros			7,16%	5,37%	3,58%

Passivo financeiro

Operação	31/12/2018	Risco/ indexador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Empréstimos e financiamentos	2.695.485	TJLP (% ao ano)	176.554	132.348	88.411
CCB	12.492	CDI (% ao ano)	894	671	447
Debêntures	738.926	IPCA (% ao ano)	30.296	22.759	15.148
Concessão de serviço público	13.177.331	IPCA (% ao ano)	540.271	405.862	270.135

Referência para passivos financeiros Provável Cenário A Cenário B

TJLP (% ao ano)	6,55%	4,91%	3,28%
IPCA (% ao ano)	4,10%	3,08%	2,05%
CDI (% ao ano)	7,16%	5,37%	3,58%

28. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Concessionária teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos capitalizados	2.891	1.889
Encargos financeiros sobre outorga capitalizados	255.261	241.841
Aquisição de intangível e imobilizado ainda não liquidada (Fornecedores)	14.602	10.408

29. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período. Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações contábeis.

A Companhia não possui instrumentos diluidores em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, e consequentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizando o cálculo de resultado básico e diluído por ação:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Resultado básico diluído por ação	(0,5884)	(2,0400)

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Denominador (em milhares de ações)	(96.034)	(332.956)
Média ponderada por número de ações	163.212	163.212
Resultado básico e diluído por ações em reais	(0,5884)	(2,0400)

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

(I) Em 13 março de 2019, foi encerrada a participação da Companhia na Operação Greenfield. A decisão foi proferida pela 10.ª Vara Federal de Brasília, após procedimentos de auditorias realizadas pela Companhia e com a concordância do Ministério Público Federal, revogando as medidas cautelares que haviam sido impostas.

(II) Rebaixamento de Rating de Parte Relacionada. A Companhia é uma empresa integrante do mesmo grupo econômico da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("CART") e do MetroBarra S.A. ("MetroBarra"), sendo empresas controladas integralmente pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR (Grupo INVEPAR), controladora direta do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - GRUPAR.

A CART emitiu debêntures (2ª emissão de debêntures - "Debêntures CART") que possuem, como uma das suas hipóteses de vencimento antecipado a obrigação de manutenção da classificação de risco atribuída às Debêntures CART igual ou superior a "A-" ou equivalente, por no menos uma Agência de Classificação de Risco contratada pela CART.

Em 11 de fevereiro de 2019, a agência de classificação de riscos S&P Global Ratings revisou os ratings da INVEPAR, passando de 'B' para 'CCC+' na Escala Global e de 'brA-' para 'brBB-' na Escala Nacional Brasil. Também foram rebaixados os ratings da 3ª e 4ª emissões de debêntures da INVEPAR de 'brA-' para 'brBB-'. Ação semelhante foi aplicada pela mesma agência para a CART e MetroBarra S.A., que tiveram seus ratings de Emissor rebaixados de 'brA-' para 'brBB-', respectivamente, em Escala Nacional Brasil.

Devido ao rebaixamento de rating ocorrido e a consequente verificação da hipótese de vencimento antecipado das Debêntures CART, nos termos dos documentos da operação será necessário obter um quórum de deliberação de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação para cada uma das séries, que votem pela não declaração de vencimento antecipado das debêntures ("Waiver"). Neste sentido a CART convocou, em comum acordo com o agente fiduciário, uma Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") para o dia 16 de abril de 2019, data posterior à data de autorização para emissão destas Demonstrações Contábeis, de forma a